

## COLONIALISMO E MATERNIDADES DAS MULHERES NEGRAS À PARTIR DO *INSTAGRAM*

Elaine Matias Damacena<sup>1</sup>

Mino Correia Rios<sup>2</sup>

Joice Ferreira da Silva<sup>3</sup>

Carla Liane Nascimento dos Santos<sup>4</sup>

**Resumo:** O processo de construção da identidade do povo preto no Brasil é atravessado por múltiplas dimensões sociais e históricas. Diante disso, falar da maternidade dessas mulheres coloca um desafio de pesquisa que é, obrigatoriamente interseccional, com questões de gênero, de raça e de classe interarticuladas. Esses processos precisam, assim, ser avaliados desde o olhar das relações estabelecidas no colonialismo e apropriação dos corpos e suas implicações nas vivências contemporâneas. Diante disso, o presente estudo busca compreender as particularidades das experiências de maternidades da mulher negra brasileira na contemporaneidade, verificando como a historicidade atravessa as experiências. O estudo foi conduzido por meio de uma pesquisa qualitativa netnográfica realizada através da escolha dos perfis da plataforma Instagram, coletando discursos sobre maternidade da mulher negra. Foram aplicados um conjunto de critérios de inclusão e exclusão, de modo a delimitar melhor o recorte, e os dados foram afunilados e analisados tendo como base o referencial teórico e a hermenêutica-dialética. Os resultados permitem destacar que as desigualdades de raça e classe estão presentes nas experiências cotidianas de mulheres negras e mães. Além disso, a naturalização e universalização do modelo branco-burguês como parâmetro não contempla as experiências de mulheres não brancas. Garantir a subsistência, educação dos filhos e violências imputadas aos seus filhos e filhas são uma das diversas preocupações que mães negras precisam lidar. Recomenda-se que estudos futuros abordem perspectivas voltadas à pesquisa voltadas para a necessidade de descolonizar construções universalizantes e eurocentradas acerca da maternidade, as quais não retratam o protagonismo da população preta em saberes científicos construídos ao longo da história.

1

**Palavras-chave:** Maternidade; Mulher Negra; Colonialismo; Psicologia Sócio-histórica.

---

<sup>1</sup> Graduada em Psicologia pelo Centro Universitário Jorge Amado e Pós-Graduada em Terapia Familiar Sistêmica.

<sup>2</sup> Doutora em Psicologia pela Universidade Federal da Bahia.

<sup>3</sup> Mestre em Psicologia pela UFBA.

<sup>4</sup> Doutora em Ciências Sociais (UFBA)

## **COLONIALISM AND MATERNITIES OF BLACK WOMEN FROM INSTAGRAM**

**Abstract:** The process of building the identity of black people in Brazil is crossed by multiple social and historical dimensions. Therefore, talking about the maintenance of these women poses a research challenge that is necessarily intersectional, with issues of gender, race, and class interlinked. These processes need, therefore, to be evaluated from the perspective of the relationships established in colonialism and the appropriation of bodies and their implications in contemporary experiences. Therefore, this study seeks to understand the particularities of the experiences of maternity hospitals of Brazilian black women in contemporary times, verifying how historicity crosses the experiences. The study was conducted through qualitative netnographic research carried out through the choice of profiles on the Instagram platform, collecting speeches about black women's motherhood. A set of inclusion and exclusion criteria were applied, to better delimit the cut, and the data were funneled and analyzed based on the theoretical framework and the dialectic-hermeneutics. The results allow us to highlight that racial and class inequalities are present in the daily experiences of black women and mothers. Furthermore, the naturalization and universalization of the white-bourgeois model as a parameter does not include the experiences of non-white women. Ensuring their livelihoods, the education of their children, and the violence attributed to their sons and daughters is one of the many concerns that black mothers need to deal with. It is recommended that future studies address perspectives focused on research aimed at the need to decolonize universalizing and Eurocentered constructions about motherhood, which do not portray the role of the black population in scientific knowledge built throughout history.

**Keywords:** Maternity; Black woman; Colonialism; Socio-Historical Psychology.

**DOI:** 10.46696/issn1983-2354.raa.2021v14n40.ART26012021.p1-19

## 1. INTRODUÇÃO

A explicação e conceituação generalista para o fenômeno da maternidade, oriunda tradicionalmente no contexto ocidental, fora construída com base em concepções biológicas e psicossociais universalizantes. De acordo com a importada concepção, a responsabilidade de cuidados da criança é direcionada à figura materna, baseando-se na justificativa de que as relações de consanguinidade entre mãe e sua prole, estabelecidas através das estruturas biológicas e afetivas, são capazes de delegar tal responsabilidade.

Contudo, este conceito não engloba a complexidade do fenômeno materno, em sua pluralidade e dinamismo, pois o conjunto de práticas de cuidados direcionados ao bebê ou criança, suprimindo as necessidades destes, podem ser ofertados por outras pessoas, como na maternagem, independente do gênero e sem laços de consanguinidade (GRADVOHL, 2017). A partir daí surgiu o seguinte questionamento: quais as experiências de maternidades das mulheres negras no contexto colonial de acordo com retratos históricos, e na contemporaneidade à partir do *Instagram*?

A presente pesquisa se propõe a compreensão da maternidade como uma construção social, variando segundo diferentes contextos históricos, sociais, econômicos e políticos. A Psicologia Sócio-histórica serviu de base para a análise dos materiais documentais presentes na rede social *Instagram*, partindo do pressuposto que a construção sócio histórica da maternidade da mulher negra na sociedade brasileira sofre influência dos efeitos de condicionamentos sócio-históricos anteriores, produto da elaboração social e suscetível a mudanças que ocorrem ao longo do tempo e das gerações.

Ao falarmos de maternidades de mulheres negras, primordialmente é preciso compreender, analisar e descrever os aspectos históricos do Brasil, trazendo uma reflexão sobre o contexto colonial, e como este atravessa a experiência da maternidade das mulheres negras. Badinter (1986) retrata a construção histórica e social da maternidade francesa e esta referência é utilizada predominantemente em estudos brasileiros sobre o tema e afirma que havia três discursos que justificavam os princípios e os fatos a respeito da maternidade.

O discurso aristotélico surgia para “justificar, do ponto de vista filosófico, a autoridade do marido e do pai” (BADINTER, 1986 p. 18). Ou seja, a autoridade do homem legitimada, de acordo com a concepção de que existe a desigualdade natural entre seres humanos, a saber: desigualdade entre homens e mulheres, homens e seus escravos desprovidos de alma, o homem e os animais. Tal posição de superioridade específica do homem branco, definia e estabelecia parâmetros relacionais.

O discurso teológico, apesar das mensagens de amor e igualitarismo provenientes de raízes judaicas, reforçava e justificava a autoridade paterna e marital. A mulher fora criada à partir da costela do homem; a mulher fora responsável pelo pecado e vinculada à imagem de serpente maligna; as

maldições que recaíram sobre a mulher por ter desviado o homem do seu caminho: a multiplicação das dores de parto, e a paixão pelo marido e o domínio deste. “O conceito de paixão implica [...] ideias de passividade, de submissão e de alienação que definem a futura condição feminina. Adão, confirmado em seu papel de senhor, foi condenado apenas a trabalhar arduamente e a morrer como Eva” (BADINTER, 1986 p. 20).

O discurso político “buscava fortalecer a autoridade paterna para melhor fundar no direito à monarquia absoluta e permitir aos reis dispor de uma autoridade legítima sobre seus súditos, sem estarem ligados a eles por nenhum compromisso” (BADINTER, 1986 p. 24), reafirmando, assim, o dogma da desigualdade natural do discurso aristotélico e lembrando a dependência e submissão dos filhos aos pais, e das mulheres aos maridos, proferidos pelo discurso teológico.

Badinter (1996) traz ainda, uma reflexão sobre o mito do amor materno, servindo de base para argumentos. tais como: depende desse amor materno garantia não somente a sobrevivência da prole, mas também a manutenção da sociedade de classes, atendendo às demandas capitalistas, visto que a burguesia via nas crianças a futura mão de obra produtiva. E estabelece um nexos causal: devido à redução da mão de obra produtiva e do alto índice de mortalidade infantil na Europa no século XVIII e XIX, se implantou a representação da maternidade ocidental difundida atualmente (RESENDE, 2017).

Ainda sobre as discussões de maternidade ocidental e europeia, com o surgimento da maternidade científica emergindo do discurso médico da segunda metade do XIX, e seus discursos de normalização e valorização da amamentação materna, a amamentação mercenária fora condenada, no entanto a ama-de-leite continuou a ser utilizada nas práticas cotidianas (MACHADO, 2018).

Estudando os fenômenos maternidade e maternagem de acordo com a realidade brasileira, constatamos que as construções de pesquisa e explicações são fundamentadas em saberes que foram construídos em realidades europeias, e importados para explicar os fenômenos brasileiros, sendo este um dos reflexos do processo histórico atemporal de colonização da nossa sociedade, formulações baseadas em interesses e explicações hegemônicas. O que o ocidente postula como conhecimento sofre distorções etnocêntricas eurocentradas (NASCIMENTO, 2009).

A autora Maria Helena Machado (2018), no livro *Instituições Nefandas*, propõe a historiografia da maternidade de mulheres escravizadas, salientando a importância de pensar a maternidade de mulheres negras ancestrais, considerando o processo violento de apropriação de seus corpos, e a atribuição contraditória de seus papéis: escrava e cuidadora. Machado (2018) pontua que os historiadores não estabeleceram as diferenças ou as peculiaridades das experiências de homens e mulheres submetidos à escravidão, conceituando a experiência escrava em seus aspectos gerais.

A garantia da sobrevivência e resistência diante da escravidão marcou a história da sociedade brasileira, e as mães negras precisam ser retratadas para além da memória histórica da escravidão. É preciso refletir a respeito dos caminhos trilhados por mulheres em busca da liberdade, seus problemas e limites que enfrentaram nos contextos específicos (MACHADO, 2018).

Além de conhecer a história e a ancestralidade, na contemporaneidade percebe-se que as questões de gênero não atingem igualmente mulheres brancas e mulheres negras. O Feminismo Negro através da interseccionalidade nos faz compreender que as mulheres negras não têm só o preconceito, discriminação e opressões de raça a vencer, elas ainda precisam enfrentar demandas de gênero e classe.

É preciso colocar em evidência que as lacunas nas narrativas a respeito do povo preto atingem os diversos âmbitos de suas vivências, desde a história não contada sob a perspectiva dos oprimidos, bem como as problemáticas presentes no cotidiano, refletindo o passado que ainda continua sendo reproduzido nas desigualdades sociais e raciais. É preciso falarmos e escrevermos, pois trata-se de um ato político, narrativas que contam “uma História de vozes torturadas, línguas rompidas, idiomas impostos, discursos impedidos, e dos muitos lugares que não podíamos entrar, tampouco permanecer com nossas vozes” (KILOMBA, 2019 p. 27), vozes silenciadas em forma de discurso que universaliza os fenômenos, ou que simplesmente os ignora. Escrever e demonstrar a “oposição absoluta do que o projeto colonial predeterminou” (KILOMBA, 2019 p. 28).

5

A utopia de igualdade racial não consegue apagar os dados estatísticos que retratam as disparidades na atenção à saúde de mulheres negras, bem como a reprodução das políticas de embranquecimento, genocídio, extermínio, e empobrecimento da população negra, ou seja, das mulheres negras, seus filhos e filhas e suas famílias. O assassinato de um jovem negro, ou seja, o filho de uma mulher negra, acontece a cada 23 minutos no Brasil (CPI, 2016). De acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, entre 2015 e 2016, 76,2% das vítimas de atuação da polícia foram negras (IPEA, 2018). Segundo o Mapa da Violência de 2015, o assassinato de mulheres negras, que deixa filhas e filhos, aumentou em 54%, enquanto o de mulheres brancas caiu em 9,8%.

Fundamentados nos dados estatísticos em que os recortes raciais demonstram uma das diversas faces da maternidade no Brasil, pretendemos alcançar o protagonismo dos discursos sob o ponto de vista da maternidade negra, pouco retratada nos estudos atuais. Quando questionamos saberes impostos fundamentados em epistemologias eurocentradas, estamos buscando a construção de narrativas centradas na realidade vigente e representativa de grupos sociais que compõem a sociedade (FINCH III e NASCIMENTO, 2009).

Segundo o Código de Ética Profissional do Psicólogo (CFP, 2005), um dos princípios fundamentais é a atuação com responsabilidade social, analisando crítica e historicamente a realidade política, econômica, social e cultural. É de suma importância descrever quais saberes expressam a ideologia e identidade dominante, levando ao questionamento e desnaturalização das práticas, e como

profissional, adotar um posicionamento crítico diante do conjunto de códigos compartilhados socialmente, visto que as novas configurações familiares bem como os movimentos sociais identitários nos convidam a reflexão crítica sobre as práticas tradicionais e não representativas das diversas maternidades no contexto brasileiro.

Portanto, estudar as concepções existentes sobre as maternidades experienciadas por mulheres negras no contexto brasileiro contemporâneo em diversas faixas etárias é relevante, pois trata-se da busca por conhecer e valorizar a realidade de classes populares marginalizadas e inseri-las nos discursos e estudos científicos construídos que predominantemente retratam a realidade de classes abastadas, sob a perspectiva branca dominante ocorrendo a não representatividade destes estudos acerca das múltiplas faces das maternidades.

Diante das diversas justificativas citadas anteriormente, este ensaio se propôs a caracterizar e destacar as particularidades das experiências de Maternidades das mulheres negras no período colonial e na contemporaneidade, verificando como a historicidade atravessa as experiências de maternidade da mulher negra brasileira.

### **1.1 Psicologia Sócio-histórica**

A Psicologia Sócio-histórica surge como crítica à visão liberal e hegemônica de humanidade, a qual delega sobre os indivíduos a capacidade de auto ajudar-se e desenvolver-se, dependendo unicamente do esforço individual de cada um. A visão liberal trazida pelo capitalismo reforça a ideia de indivíduo livre, direcionador de sua vida, produtor de riquezas e consumidor deste mercado. Esta nova “experiência de individualidade”, valorizada e reconhecida desde os modos de produção do capitalismo, às produções e separações dos setores públicos e privados, é constituída como subjetividade (BOCK, 2007).

Contudo, a experiência da subjetividade privatizada e individualizada entra em crise, surgindo a necessidade de explicações e respostas interventivas a esta crise através das postulações das ciências. Uma ciência experimental, empírica e quantitativa que suprisse as necessidades da burguesia, reunindo recursos e argumentos científicos que a afirmasse enquanto classe hegemônica e politicamente (BOCK, 2007).

A ênfase na razão humana, na liberdade do homem, na possibilidade de transformação do mundo real e a ênfase no próprio homem foram características do período de ascensão da burguesia que permitiram uma ciência racional, que buscou desvendar as leis da natureza e construir um conhecimento pela experiência e pela razão. (BOCK, 2007, p. 15)

Ao estudarmos o nascimento da psicologia enquanto ciência, e o seu contexto sócio histórico, visualizamos que o nascimento desta tinha como objetivo aplicar o conhecimento positivista, baseado no observável, às demandas sociais

vigentes, adequando às individualidades às necessidades de grupos dominantes, como no controle sobre grupos sociais, aumento da produtividade dos trabalhadores, garantir aprendizado e disciplina no contexto educacional, na classificação e controle do comportamento dos indivíduos (BOCK, 2007).

Contudo, as psicologias que surgiram, e que reafirmam dicotomias como natural/social, interno/externo, autonomia/determinação, não davam conta de compreender a humanidade em seu contato com o mundo social, não superando a ideia mecanicista de humanidade, e que seu funcionamento ocorre tal qual uma máquina, e as ideias de causa e efeito da visão determinista (BOCK, 2007). Ou seja, uma humanidade que já nasce com estruturas e mecanismos prontos para receber influências do mundo.

Entretanto, a visão sócio-histórica se contrapõe à visão liberal, e postula uma perspectiva que defende a construção de humanidade na intersecção de sua história com a história da sociedade, em que fale-se do fenômeno psicológico, o que a humanidade faz na construção de sua realidade e experiências, sem dissociar do mundo social e cultural; “carregando consigo uma possibilidade de crítica; [...] fundamenta-se no marxismo e adota o materialismo histórico e dialético como filosofia, teoria e método” (BOCK, 2007, p.17).

Nesse sentido, como produção histórica dos homens que, através do trabalho, produzem sua vida material; as ideias, como representações da realidade material; a realidade material, como fundada em contradições que se expressam nas ideias; e a história, como o movimento contraditório constante do fazer humano, no qual, a partir da base material, deve ser compreendida toda produção de ideias, incluindo a ciência e a psicologia (BOCK, 2007, p.17).

7

Segundo Lane (1989), não podemos compreender qualquer comportamento humano de maneira isolada, fragmentando-o e concebendo-o como existente em si mesmo e para si mesmo. Precisamos compreender a humanidade como manifestação de uma totalidade histórica e cultural, partindo de uma materialidade histórica que reconhece que produz a humanidade e é produzida por ela, transformando sua própria existência e a sociedade, e sendo transformado por ela.

Precisamos questionar, buscar e encontrar as razões históricas que explicam a organização atual de nossa sociedade, porque agimos e porquê fazemos, caminhando rumo ao desenvolvimento da consciência de nós mesmos, modificando, assim, a identidade social (LANE, 1989). “É dentro do materialismo histórico e da lógica dialética que vamos encontrar os pressupostos epistemológicos [...] que entenda a realidade social [...] e permita uma intervenção efetiva na rede de relações que define cada indivíduo” (LANE, 1989 p. 15 e 16).

## **1.2 Colonialismo e Experiências de Maternidades das mulheres negras**

Enquanto na Europa e nos Estados Unidos ocorrem as revoluções e conseqüentemente, modificações nas esferas públicas e privadas, “o Brasil vivia

sob um regime colonial, escravocrata, patriarcal” (COSTA; SARDENBERG, 2008 p. 32), onde o senhor de engenho comandava não somente das oligarquias agrárias e o exército de escravos que lhes assegurava tal poder, mas também a “‘família’, na qual se incluíam, além de mulher e filhos, escravos, concubinas, agregados e tantos quantos, porventura aí vivessem (COSTA; SARDENBERG, 2008 p. 33)

Venâncio (2004) retrata a “maternidade negada” presente no período de colonização do Brasil, em que “as negras, escravas, [eram] vítimas de toda a sorte de opressão, exploração e violência, inclusive impingidas por mulheres, suas amas, que não raro viviam às custas da venda do trabalho e do corpo prostituído de suas escravas” (COSTA; SARDENBERG, 2008 p. 34).

Apesar da reprodução da escravidão ter sucesso através da maternidade escrava, a mulher escrava, contudo, não foi considerada como mãe, mesmo que tenha desempenhado atividades como a amamentação dos seus pequenos e dos filhos dos senhores e a educação e cuidado das crianças. A história das mães pretas presentes nos documentos e obras de arte, quando retratadas, estão vinculadas e reduzidas a imagem de amas de leite, mercadoria que proporciona a fonte de alimento que garantiria a sobrevivência e cuidados relativos a suprir as necessidades básicas e as necessidades afetivas das crianças brancas burguesas (MACHADO, 2018).

A imagem tradicional e romantizada do aleitamento materno, originada dos discursos higienistas, não demonstra a contradição destas orientações sob o contexto da escravidão. A relação afetiva simbolizada pelo vínculo mãe bebê através da amamentação, poderia ser garantido na relação ama de leite e criança de outrem?

A relação ama e criança branca estava marcada pelo paradoxo da violência e afirmação da hierarquia explícita da subserviência escravista, sem que houvesse autoridade real sobre as crianças, pois o papel da ama de leite era ser companheira e cuidadora da criança, vesti-la, banhá-la, assisti-la durante o dia e noite, conciliando esses cuidados às tarefas domésticas que fossem exigidas (MACHADO, 2018). Para cada criança branca burguesa que recebia afeto e alimento das negras escravizadas, outra criança negra encontrava-se desgarrada do seio materno, arrancada dos cuidados da mãe, depositada na roda dos expostos ou vítima de infanticídio (VENÂNCIO, 2004).

Nos arquivos e descrições históricas, raramente há a imagem da mulher negra com os seus bebês, e quando retratada, a criança está envolvida em panos-de-costa (MACHADO, 2018), um tipo de bolsa que manteria o bebê junto a mãe enquanto desempenhava atividades laborais, como na lavoura ou nas ruas das cidades, numa tentativa de garantir a sobrevivência do seu bebê.

Qual a origem da concepção das crianças? A concepção dos bebês eram frutos do desejo de manter uma relação íntima consentida das mulheres negras com o parceiro, ou era fruto da violência do estupro e abusos sexuais praticados pelos proprietários de escravizados? O corpo da mulher escrava é duplamente violado:

como escrava, seu corpo é concebido como instrumento de trabalho para geração de riquezas; o corpo da mulher escrava como espaço para concepção, reprodução e multiplicação dos corpos a serem inseridos no ciclo de escravidão (MACHADO, 2018).

No processo de abolição, a promessa de liberdade, e sua aquisição por meio de compra de alforria, ou contratos de trabalhos, estavam atrelados ao desempenho condicionado de modalidades de trabalhos dedicado e fiel ao senhor e/ou senhora, como vendeiras, amas, pajens e criadas. As vendeiras e quituteiras, por ter acesso ao mercado, de forma indireta se dedicavam às práticas de poupança solidária ou familiar, vislumbrando assim, a possibilidade de autonomia após a conquista de liberdade (MACHADO, 2018). Já as escravas que realizavam as atividades laborais dentro da casa dos senhores, a possibilidade de alforria tinha que ser negociada, constituída em relações de tutela, cujo objetivo implícito era manter a fidelização das mulheres trabalhadoras domésticas e, conseqüentemente, o controle de seus corpos e de toda a família (MACHADO, 2018).

Participar de grupos de escravos fugidos ou quilombolas, dependia de mobilidade e desprendimento para as fugas, contudo, as mulheres mães escravizadas com seus filhos parecem ter sido minoria nesses grupos (MACHADO, 2018). O ambiente doméstico, demarcado pelas relações de tutela, era como o único espaço de sobrevivência para as mulheres mães e suas crias, uma das explicações para a permanência dessas mulheres nas casas dos escravistas.

A chegada do século XIX e suas respectivas mudanças políticas, econômicas, sociais, ideológicas, inerentes à transposição do colonialismo, para a República, trouxeram consigo a industrialização e seu amadurecimento, com fundamentações no trabalho livre, que tornaram evidentes as desigualdades de gênero, deixando nítido a subordinação da mulher (COSTA; SARDENBERG, 2008).

O surgimento da maternidade científica emergindo do discurso médico da segunda metade do XIX, e seus discursos de normalização da valorização da amamentação materna, a amamentação mercenária fora condenada, no entanto a ama-de-leite continuou a ser utilizada nas práticas cotidianas (MACHADO, 2018). A presença escrava nos lares era condenada pelo discurso científico, porém, na realidade da sociedade brasileira da segunda metade do XIX permanecia vigente a escravidão e suas derivações.

A nova Constituição promulgada em 1891, elaborada para atender as demandas liberais da burguesia, estabeleceu o sufrágio universal para todos os cidadãos brasileiros, assegurando a igualdade de todos perante a lei, porém as diferentes interpretações supunham menos direitos políticos para a mulher, a saber e na prática a “igualdade para todos” se restringia aos homens alfabetizados, excluindo mulheres, e a maior parte da população masculina das classes trabalhadoras.

O feminismo no Brasil, desde então, transformou-se em ação. Contudo, as primeiras manifestações feministas, direcionadas para a conquista do direito à educação e profissionalização da mulher (COSTA; SARDENBERG, 2008), visavam assegurar a inserção das mulheres burguesas em espaços públicos. Nossas ancestrais, enquanto mulheres negras, se uniram às feministas brancas em sua luta e pautas, numa tentativa de serem ouvidas e assegurar direitos básicos.

Para as mulheres das camadas médias e elite vigorava o discurso conservador que mantinha essas mulheres no espaço privado excluindo-as do espaço público; para as mulheres negras, em que os espaços ocupados socialmente era o mundo do trabalho, o discurso científico é vislumbrado como direito a ser adquirido através da luta jurídica (MACHADO, 2018). “Em face da resistência dos colonizados, a violência assumirá contornos diferentes, mais sofisticados, chegando a não parecer violência, mas ‘verdadeira superioridade’”(GONZALEZ, 1988 p. 71).

A concepção do que é ser branco não se reduzia a delimitações fenotípicas, mas a designação dos espaços a serem ocupados, decidindo quais seriam os proprietários de privilégios materiais e simbólicos (FREITAS, 2019). Modelos de como viver fora propagado, refletindo nas condições sociodemográficas dos grupos sociais, influenciando, conseqüentemente, as práticas e construções de representações de maternidade das mulheres negras, resultado da “internalização. da superioridade do colonizador pelos colonizados” (GONZALEZ, 1988 p. 72).

Contraopondo o argumento de Badinter (1986), a respeito do feminismo ocidental, hegemônico e universal, precisamos tratá-lo como feminismos, demarcando a existência de feminismos plurais, garantindo discussões de pautas que retratam as diversas formas de relações de poder, vivenciadas entre as diversas mulheres, reafirmando que os sistemas de opressão, dominação e discriminação acomete diversas identidades sociais. Esses estudos não podem ser divididos em pautas encaixotadas em classe, raça, ou gênero, pois na prática, as identidades se sobrepõem ou são interseccionais, tornando difícil no dia a dia separá-las (AKOTIRENE, 2019).

Para as mulheres negras, no Movimento Negro ocorreu a aprendizagem e reafirmação da importância do papel que a mulher desenvolve dentro da comunidade negra, identificando também a formas explícitas e camufladas da discriminação racial em diversas instituições (BARROS, 2008). Contudo, ao longo desse percurso, ocorreu um movimento de reflexão a respeito de como atuar de forma mais específica, de acordo com pautas de gênero, levando-se em consideração a interseccionalidade e o atravessamento de formas de dominação e discriminação enquanto classe e raça, visto que nem o feminismo não aprofundam questões de raça ou mesmo o movimento negro não aprofundam questões de gênero.

## 2. MÉTODO

Este estudo configura-se como uma proposta em pesquisa qualitativa, tendo como pressuposto estudar e compreender e realizar uma leitura sócio-histórica da maternidade da mulher negra, observando aspectos da realidade que muitas vezes não podem ser quantificados (SILVEIRA; CÓRDOVA, 2009); “uma maneira de dar poder ou dar voz às pessoas, em vez de tratá-las como objeto, cujo comportamento deve ser quantificado e estatisticamente modelado” (BAUER, GASKELL; ALLUM, 2002 p. 30)

No presente trabalho serão utilizados dados não-métricos para análise, a saber, pesquisa documental, buscando a objetivação do fenômeno, descrevendo, compreendendo e explicando fenômenos, estudando suas relações com outros fenômenos, buscando embasamento em orientações teóricas e dados empíricos, para que os dados possam ser os mais fidedignos possíveis (SILVEIRA; CÓRDOVA, 2009), utilizando o embasamento teórico e os dados empíricos; não chegando à conclusões automaticamente (BAUER, GASKELL; ALLUM, 2002); utilizando materiais primários diversos que não recebeu tratamento analítico científico (SILVEIRA; CÓRDOVA, 2009).

Segundo Silva (2015) a compreensão etnográfica de um fenômeno utilizando comunicações mediadas por computador como fonte de dados, é chamado de netnografia. “A netnografia é pesquisa observacional participante baseada em trabalho de campo online;[...] usa comunicações mediadas por computador como fonte de dados para chegar à compreensão e à representação etnográfica de um fenômeno cultural” (KOZINETTS, Robert V., 2014 p. 61 e 62). O estudo netnográfico da representação de um fenômeno cultural na internet é uma abordagem adaptada para estudar redes sociais, blogs, fóruns, grupos de notícias etc., visto que o advento da internet criou espaços diversos para a socialização, encurtando distâncias e otimizando o tempo e espaço do estudo do funcionamento de comunidades virtuais.

O uso do termo netnografia, nesse caso, representaria a tentativa do pesquisador de reconhecer a importância das comunicações mediadas por computador nas vidas dos membros da cultura, de incluir em suas estratégias de coleta de dados a triangulação entre diversas fontes online e offline de compreensão cultural, e de reconhecer que, como entrevistas ou semiótica, a netnografia tem seus próprios conjuntos de práticas e procedimentos exclusivamente adaptados que a distinguem da conduta de etnografia face a face (KOZINETTS, 2014 p. 62).

O conceito de comunidade é polissêmico, diversificado e carrega características e possibilidades ao compreender a relação indivíduo-sociedade, conceito que revela os aspectos processuais relacionais, dialógicos e identitários em constantes mudanças, bem como o fato de que a condição de comunidade transcende a delimitação geográfica e territorial, visto que há várias possibilidades de pertencimento e participação em espaços simbólicos (SILVA; SIMON, 2006).

Utilizamos a plataforma de rede social *Instagram* como fonte de dados para a pesquisa documental por se tratar de uma rede social virtual que mais cresce no

Brasil e no mundo, garantir a conexão, interatividade e produção de capital, utilizado como estratégia de marketing para pessoas físicas e jurídicas através do compartilhamento de conteúdo e a criação de uma relação mais próxima com os seguidores; uma plataforma digital, tendo características de uma rede social visual online (por utilizar como principal ferramenta a produção de imagens) e compartilhamento entre os usuários de conteúdo, como fotos, vídeos de curta duração e textos (AGUIAR, 2018).

Considerar os termos e as questões éticas em pesquisa é imprescindível para garantir a qualidade e fidedignidade dos procedimentos. Silva (2015) aponta que pedir permissões e consentimento quando necessário, bem como dar crédito através da citação devida aos autores se configuram como passos importantes em pesquisa ética netnográfica. Utilizamos informações disponíveis na rede social Instagram em que o domínio seja público e os participantes não sejam identificáveis. De acordo com os termos de privacidade e segurança da rede social *Instagram*, quando a conta ou perfil é privado, somente as pessoas que o usuário aprova podem ver as fotos e vídeos, comentários, legendas, entre outros. Contudo, quando a conta é pública, pessoas seguidoras ou não podem visualizar os conteúdos.

Na pesquisa e escolha dos perfis da plataforma Instagram foram utilizadas as seguintes palavras chaves: maternidade negra, mãe preta, maternar negro, maternidade afro. A seleção das comunidades para estudo e dos conteúdos para análise, seguiram o afunilamento dos dados utilizando critérios de inclusão e exclusão. O envolvimento e imersão nas comunidades escolhidas, seguindo as instruções de Kozinets (2014) fora da seguinte maneira: - Observando a complexidade dinâmica da rede. - Selecionando os conteúdos a serem analisados. - Registrando os conteúdos no diário de coleta de dados.

Tendo em vista a proposta do estudo, foram dotados os elementos a seguir como critérios de inclusão: a) Perfis públicos em rede social com no mínimo 1 mil seguidores; b) Perfis comunidades, em que os integrantes se relacionem, dialoguem, possuam uma construção identitária em comum, transcendendo a delimitação geográfica e territorial, e ocorra uma participação simbólica no espaço virtual da rede social *Instagram*; c) Mulheres cis autodeclaradas negras; 18 a 35 anos; 1 filho ou mais; c) Mães solo / famílias chefiadas por mulheres mães negras / união estável / solteiras / casadas; d) Desempregadas / Empregadas / Autônomas/ Trabalho informal.

Além disso, tendo em vista a adoção de cuidados que permitissem uma delimitação mais clara do objeto de estudo, foram adotados alguns critérios de exclusão, a saber: a) Perfis de influenciadores digitais daria um rumo diferente para a pesquisa, visto que estes perfis que têm como objetivo construir e divulgar marcas através conteúdo engajado com valor de prestação de serviços e entretenimento; usar essa plataforma para alavancar rumo ao marketing pessoal ou digital; b) Mulheres que não se autodeclaram negras; Mulheres Trans (as quais não se identificam com o gênero que lhes foi atribuído ao nascimento, e cuja identidade ou expressão de gênero é diferente de seu sexo de nascimento);

c) Maternidade na Adolescência (Os limites cronológicos da adolescência são definidos pela Organização Mundial da Saúde (OMS) entre 10 e 19 anos (adolescentes) e pela Organização das Nações Unidas (ONU) entre 15 e 24 anos, critério este usado principalmente para fins estatísticos e políticos; d) Maternidade tardia (Atualmente, as gestações após 35 anos são denominadas gestações tardias).

A Hermenêutica dialética foi utilizada para a análise desses dados coletados. A hermenêutica enquanto técnica de interpretação de texto enfatiza, segundo Minayo (2014), o significado do que é consensual e o que possui unidade de sentido. A dialética enquanto método de diálogo crítico, enfatiza a diferença, a contraposição do que está posto, através do debate de ideias. A junção destes dois métodos de análise tem como objetivo a síntese dos consensos e significados compartilhados, buscando esclarecer o contexto e os atores que produzem esses significados, unido à arte dialética do diálogo e da controvérsia, buscando os núcleos contraditórios desses significados e contestando o que está posto num movimento de alcançar uma reflexão constante.

As oposições e complementaridades da hermenêutica-dialética, consistem em trazer à tona os condicionamentos históricos da linguagem, das relações e das práticas, partindo do pressuposto de que não há observador imparcial; ambas questionam o tecnicismo e ultrapassam as tarefas de serem simples ferramentas para o pensamento, se estruturam enquanto prática estruturada por dissolver construções tradicionais, instituídas através da linguagem, perpetuação do poder e relações de trabalho (MINAYO, 2014).

Primeiro os comentários e postagens descritivas dos perfis do Instagram foram transcritos e armazenados em documentos do word. Aspectos essenciais foram identificados e separados por categorias para serem analisados, de acordo com os objetivos da pesquisa; uma leitura preliminar desse material foi realizada. Os dados foram condensados, tomando como base o referencial teórico, realizando uma articulação teórico-empírica desses resultados com as similaridades e contradições encontradas entre eles, através da interpretação hermenêutica-dialética, originou-se um compilado de informações e sintetizações pertinentes.

### 3. RESULTADOS

O objetivo primordial desse ensaio foi promover o debate sobre a importância de compreender a maternidade da mulher negra enquanto uma construção social, variando segundo diferentes contextos históricos, sociais, econômicos e políticos. De acordo com a seleção das comunidades para estudo e dos conteúdos que foram utilizados para análise, os resultados foram organizados para que caracterizasse e destacasse as particularidades das experiências de maternidades das mulheres negras no período colonial e na contemporaneidade, verificando como a historicidade atravessa as experiências de maternidade da mulher negra brasileira.

As maternidades de mulheres negras não seguem o modelo branco-burguês tradicional. Há uma disseminação deste modelo como um parâmetro universal que fundamenta as práticas e experiências múltiplas e diversificadas de maternidade. Muitas vezes este modelo é incorporado e naturalizado como único referencial para mulheres pretas. A seguir temos o relato de uma mãe autodeclarada negra; seu depoimento explicita a naturalização e universalização do modelo branco-burguês como parâmetro, em que muitas vezes a fantasia de uma maternidade real esteja vinculada, quase como um sinônimo, a essa maternidade dita universal.

*Faz tempo que fui questionada pela minha irmã se em algum momento da história, nós, mães pretas, tivemos uma maternidade fantasiada. Faz algum tempo que saímos reproduzindo hashtags de maternidade real (e eu já muito fiz isso), sem refletir se a maternidade real, no sentido daquela maternidade em tempo integral, acumulando funções" (sic).*

O modelo branco-burguês atribui à mulher o papel de concepção de filhos, cuidados da prole e restringe sua ocupação e atuação em outros espaços que não seja o privado; e quando a mulher ocupa outros espaços que transcendem o privado, acumula funções, parentais e profissionais e precisa lidar com todas essas demandas. Por isso esta pauta encontra-se presente no movimento feminista, visto que ao ingressar no mercado de trabalho as mulheres, por exemplo, reivindica dispositivos e mudanças ideológicas para combater desigualdades de gênero.

14

Contudo, as mulheres negras não têm que lidar somente com a desigualdade de gênero; as desigualdades de raça e classe estão presentes em suas experiências cotidianas. Por isso é preciso pensar a maternidade da mulher negra para além de questões de gênero. Citar que ao longo da história vemos as diversas conquistas das mulheres como direito ao voto, direito a cursar a universidade, participação das mulheres no mercado de trabalho, é deixarmos de explicitar de quais mulheres estamos nos referindo. Após o período escravocrata, mulheres pretas trabalhavam sim, mas em empregos subalternos. O trabalho, anteriormente escravo, posteriormente subalterno, esteve presente em suas experiências.

Quando não ocupa espaços de trabalhos análogos à escravidão, a vida da mulher preta contemporânea exige a prática de malabarismo ao conciliar maternidade com a carreira, ocasionando conflitos internos e externos. Uma outra mãe preta diz: *“Ser uma mulher preta me faz agir como se o trabalho não pudesse esperar. Eu tenho que ser boa no que faço para chegar aonde eu quero e poder dar o necessário para meu filho. Não posso falhar nem ser insuficiente. Essa é a lógica pesada e violenta” (sic).*

Percebemos que a ideologia patriarcal e escravista explorou econômica e sexualmente corpos de homens e mulheres negras, e na contemporaneidade continua a explorar. “O trabalho não pode esperar” (sic) e “Dar o necessário” (sic) para o filho são as exigências que se fazem à mulher preta para que consigam minimamente garantir a subsistência da sua prole.

“Eu falo a partir do tempo em que a maternidade nos foi permitida, pois na condição de escravizadas, isso nos foi retirado também. Mas essa proposta, quase uma bandeira, de que para nós existe uma maternidade real, não é nenhuma novidade. Talvez seja para mães brancas que se negaram a amamentar seus filhos, que não trabalhavam e que mesmo em ambiente doméstico atribuíram a nós a criação de seus filhos. Para essas mães a maternagem deve ser uma novidade real aterrorizadora. Mas e pra nós? A nós a maternidade também pode ser aterrorizadora, mas não pela mesma ótica” (sic).

O relato acima revela uma leitura sócio-histórica da maternidade, a “maternidade negada” à mulher negra como aponta Venâncio (2004), visto que desde a escravidão, esteve cuidando dos filhos de outrem, amamentando-os e praticando um conjunto de atividades definidas tradicionalmente como atividades a serem desempenhadas pela figura materna, porém não fora considerada mãe.

Os papéis desempenhados pela mãe preta e sua senhora continuam sendo reproduzidos nas relações sociais atualmente, como por exemplo, nas relações de trabalho doméstico e/ou trabalhos e empregos subalternos em que predominantemente mulheres negras ocupam; nos cuidados que oferecem às crianças de seus patrões ou aos interesses e objetivos organizacionais de seus empregadores, enquanto os seus filhos estão sob o cuidado de outrem, e por ter que garantir a subsistência dos seus filhos, e mesmo assim, não são consideradas mães, ou quando são vistas como mães, recebem os rótulos de mães negligentes, ausentes, omissas.

Para que a mulher negra ocupe os espaços de trabalho, estratégias e recursos precisam ser utilizados para conciliar a maternidade e o mercado de trabalho. *“Rede de apoio não é consanguinidade. Até pode ser. Mas tem laços que a vida costura”* (sic). Outra mãe afirma, *“Minha rede de apoio é pequena. Mas sem eles eu não conseguiria fazer várias coisas!”* (sic). Este relato reafirma a presença e a importância da rede de apoio para essas mães, visto que os cuidados de maternagem são ofertados por uma comunidade, amigos, vizinhos e familiares, escolas e creches. As políticas públicas que assegurem cuidados às crianças, que proporcionem redes de apoio efetivas, e possibilitem o ingresso e/ou permanência dessas mães no mercado de trabalho é imprescindível.

Sobre a educação dos filhos, as opressões de raça são uma das diversas preocupações que fazem parte do materno negro. As relações de poder e hierarquização advindas da colonialidade se perpetuam nas relações sociais e estão presentes nas práticas institucionais cotidianas.

*“Certa vez em um debate sobre a educação infantil da minha filha, relatei sobre meus anseios de que ela vivenciasse as mesmas coisas que eu na escola. Não tenho lembranças positivas dessa fase. Lembro de apelidos, lembro da solidão no recreio, de não ser escolhida para brincadeiras, nem mais tarde para os beijinhos e assim foi. Precisei sair da escola para reconstruir minha autoestima. E assim eu vejo (via) a escola: como um espaço devastador de autoestima negra. Nunca me vi nos professores, nem nos colegas e quando me vi nos livros, me vi escrava, marginalizada”* (sic)

Medos e “anseios” se fazem presentes na educação de crianças pretas. Episódios de racismo, violências e opressões raciais, de classe e até mesmo de gênero fazem parte da vida de pessoas negras. Afeto, acolhimento, cuidado e amor podem ajudar na promoção de autoestima de crianças negras, porém não os protege de experienciar na pele a ideologia da opressão radicalizada.

*“O terror da nossa realidade é o de criar os filhos delas, sem saber se os nossos estão seguros. Se no caminho da escola nossas meninas foram objetificadas, se o loiro pivete dos nossos meninos foi justificativa para uma abordagem policial violenta” (sic).*

São políticas de genocídio e extermínio da população negras, dos filhos de mães pretas que choram ao ver seus filhos e filhas serem vítimas de violências legitimadas e naturalizadas por uma ideologia de igualdade racial, que na prática se apresenta como desigualdade. Por isso o fortalecimento da identidade da população negra e auto estima surgem como formas de resistir e resgatar verdadeiras referências para a história não contada, em que a ancestralidade e os sentimentos de pertencimento se apresentam enquanto alicerces para população negra na busca de direitos equânimes e ascensão social.

Mesmo diante de todas as violências, opressões, dificuldades, que surgem nas experiências de maternidades das mulheres negras como obstáculos a transpor através de estratégia e malabarismos, a negritude resiste, e o depoimento de uma mãe preta evidencia isso quando diz: *“O sistema nos corrompe a temer desafios que sempre realizamos. Acredite nas suas ancestrais que não abriram mão de maternar e sabiam da importância disso” (sic).*

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados deste estudo foram possíveis devida a pesquisa qualitativa netnográfica realizada através da escolha dos perfis da plataforma Instagram, coletando discursos sobre maternidade da mulher negra. Utilizando critérios de inclusão e exclusão, os dados foram afunilados e analisados tendo como base o referencial teórico e a hermenêutica-dialética. Dentre os principais resultados provenientes da análise hermenêutica dialética desses dados, pode-se destacar que as desigualdades de raça e classe, presentes nas experiências cotidianas de mulheres negras e mães, precisam ser analisadas partindo da construção sócio-histórica e da historicidade do fenômeno, a saber o período colonial escravocrata brasileiro.

As vivências de maternidade de mulheres pretas são atravessadas por opressões múltiplas, interseccionais, logo, é perceptível que as experiências de maternidades das mulheres são diversas e distintas, por isso falar de uma maternidade universal não abarca todas as possibilidades de maternar. Nos resultados detectamos também que a naturalização e universalização do modelo branco-burguês como parâmetro não contempla as experiências de mulheres não brancas. Garantir a subsistência, educação dos filhos e violências imputadas aos seus filhos e filhas são uma das diversas preocupações que mães negras precisam lidar.

Por não se tratar de uma temática amplamente difundida ou pesquisada nas comunidades acadêmicas, limitações e lacunas podem existir neste ensaio, as quais podem ser apontadas como necessidade de descolonizar construções universalizantes e eurocentradas acerca da maternidade, as quais não retratam o protagonismo da população preta em saberes científicos construídos. Um exemplo dessa limitação é a quantidade de materiais que podem ser usados como referenciais que retratem a maternidade da mulher negra. Há necessidade evidente de pesquisas nesse campo, contribuindo para que discussões sejam fomentadas e desconstruções sejam alcançadas.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, 2018. **Instagram: saiba tudo sobre esta rede social!**. Publicado em 17 de agosto de 2018. | Atualizado em 21 de agosto de 2020. Acesso em 10 de nov. de 2020. Disponível em: <https://rockcontent.com/br/blog/instagram/>.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade** / Carla Akotirene. -- São Paulo : Sueli Carneiro ; Pólen, 2019. 152p. (Feminismos Plurais / coordenação de Djamilia Ribeiro) ISBN 978-85-98349-69-5

BADINTER, Elisabeth. B126a Um Amor conquistado: o mito do amor materno. Elisabeth Badinter; tradução de Waltensir Dutra. — Rio de Janeiro: **Nova Fronteira**, 1985.

BARROS, Luíza. **A mulher negra e o feminismo**. In: O Feminismo do Brasil: reflexões teóricas e perspectivas / Ana Alice Alcantara Costa, Cecília Maria B. Sardenberg, organizadoras. – Salvador: UFBA / Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, 2008. 411p

BAUER, Martin W.; GASKELL, George; ALLUM, Nicholas C. **Qualidade, quantidade e interesses do conhecimento - Evitando confusões**. In Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático / Martin W. Bauer, George Gaskell (editores); tradução de Pedrinho A. Guareschi - Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

BOCK, Ana Mercês Bahia. **Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia**. In Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia / Ana Mercês Bahia Bock, Maria da Graça Marchina Gonçalves, Odair Furtado (orgs.). - 3. ed. - São Paulo: Cortez, 2007.

CFP, CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Código de Ética Profissional dos Psicólogos**, 2005.

COSTA, Rogério da. **Por um novo conceito de comunidade: redes sociais, comunidades pessoais, inteligência coletiva**. Interface (Botucatu), Botucatu, v. 9, n. 17, p. 235-248, ago. 2005. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-32832005000200003&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832005000200003&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 15 out. 2020. <https://doi.org/10.1590/S1414-32832005000200003>.

COSTA, Ana Alice Alcantara; SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar. **O feminismo no brasil: uma (breve) retrospectiva**. In: O Feminismo do Brasil: reflexões teóricas e perspectivas / Ana Alice Alcantara Costa, Cecília Maria B. Sardenberg, organizadoras. – Salvador: UFBA / Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, 2008. 411p.

CPI. **Comissão Parlamentar de Inquérito Assassinato de Jovens**. Senado Federal. Relatório Final.2016. Disponível em:

<http://www12.senado.leg.br/noticias/arquivos/2016/06/08/veja-a-integrado-relatorio-da-cpi-do-assassinato-de-jovens>. Acesso em 28 de outubro de 2020.

FINCH III, Charles S.; NASCIMENTO, Elisa Larkin. **Abordagem Afrocentrada: História e Evolução** in Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora - NASCIMENTO, Elisa Larkin (org). São Paulo: Selo Negro, 2009. Sankofa (matrizes africanas da cultura brasileira)

FREITAS, Bárbara Ferreira de. **Maternidade e branquitude: uma discussão sobre os privilégios raciais, simbólicos e materiais**. In Trapiche: educação, cultura & artes / Programa de Pós-Graduação em Culturas Populares-PPGCult/DTE/UFS/CNPq. N. 3, (2019) - São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2019. 112 p.

GRADVOHL, Sílvia Mayumi Obana; OSIS, Maria José Duarte; MAKUCH, Maria Yolanda. **Maternidade e formas de maternagem desde a idade média à atualidade**. Pensando fam., Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 55-62, jun. 2014. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1679-494X2014000100006&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2014000100006&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em 02 out. 2020.

GONZALEZ, Lélia. **A categoria político-cultural de amefricanidade**. In: Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro, nº 92/93 (jan/jun), 1988b, p. 69-82.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Atlas 2018. Rio de Janeiro: IPEA, 2018. Disponível em: <  
[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio\\_institucional/180604\\_atlas\\_da\\_violencia\\_2018.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/180604_atlas_da_violencia_2018.pdf) >. Acesso em 28 de outubro de 2020.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.

KOZINETS, Robert V. **Netnografia [recurso eletrônico]: realizando pesquisa etnográfica online** / Robert V. Kozinets ; tradução: Daniel Bueno ; revisão técnica: Tatiana Melani Tosi, Raúl Ranauro Javales Júnior. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre : Penso, 2014.

LANE, Sílvia. **Psicologia social e uma nova concepção de homem para a psicologia** in LANE, S. & CODO, W. (Orgs.) Psicologia Social: o homem em movimento. 8.ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MACHADO, Maria Helena P. T, Escravizadas, **libertandas e libertas: qual liberdade?** In Instituições nefandas [recurso eletrônico] : o fim da escravidão e da servidão no Brasil, nos Estados Unidos e na Rússia / organizadores Ivana Stolze Lima, Keila Grinberg, Daniel Aarão Reis. – Rio de Janeiro : Fundação Casa de Rui Barbosa, 2018. 1 e-book em formato pdf (392 p.).

MARCONDES, Org. Mariana Mazzini [et al]. **Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil** - Brasília : Ipea, 2013.

MINAYO, Maria J Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. Décima quarta edição hucitec editora são paulo, 2014

NASCIMENTO, Elisa Larkin. **Introdução** in Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora - NASCIMENTO, Elisa Larkin (org).. São Paulo: Selo Negro, 2009. Sankofa (matrizes africanas da cultura brasileira).

RESENDE, D. K. **Maternidade: uma construção histórica e social.** Pretextos - Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas, v. 2, n. 4, p. 175 - 191, 5 jun. 2017.

SILVEIRA, Denise Tolfo; CORDOVA, Fernanda Peixoto. **A PESQUISA CIENTÍFICA** In GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. (Org.) Métodos de pesquisa. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf> > Acesso em: 10 nov. 2020.

VENÂNCIO, Renato Pinto. **Maternidade negada** In. Del Priore, Mary; Bassanezi, Carla; Bassanezi, Carla. História das mulheres no Brasil. São Paulo, Contexto, 2004. p.189-222.